



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

**CONTRATO Nº XXX/20XX - DERACRE**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/20XX - COMPRASGOV Nº XXXXX/20XX - DERACRE**

**UNIDADE GESTORA:** [\_\_\_\_\_]

	Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE E A [NOME DA EMPRESA].
--	---

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [EMPRESA OU CONSÓRCIO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Concorrência Eletrônica* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a [\_\_\_\_\_], conforme as especificações técnicas e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais anexos que integram este instrumento contratual.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

2.1. O presente contrato vincula-se ao **Edital de Concorrência nº [XXX/ANO] e seus anexos**, bem como à **proposta apresentada pelo licitante vencedor**, os quais integram este instrumento como anexos, para todos os fins de direito.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS**

3.1. O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à execução de obras públicas e contratos administrativos.

3.2. As partes concordam que, na hipótese de omissões ou lacunas neste contrato, ou em situações não previstas expressamente nas disposições aqui contidas, será aplicada a legislação vigente no Brasil, incluindo as normas específicas do Estado do Acre, de forma a suprir as omissões e garantir a plena execução e cumprimento



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

das obrigações previstas neste instrumento.

3.3. As partes comprometem-se a ajustar suas ações, sempre que necessário, para garantir que todas as disposições contratuais estejam em conformidade com eventuais alterações legislativas ou regulamentares que venham a ser estabelecidas durante o período de vigência deste contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

4.1. O valor global estimado para a execução da obra é de R\$ [valor por extenso], com base nos quantitativos e preços unitários definidos na proposta vencedora que integra este contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Para garantir a adequada execução dos serviços de reabilitação estrutural e revitalização da Passarela Joaquim Macedo, serão observadas as diretrizes técnicas, operacionais e administrativas a seguir estabelecidas.

**5.1.1. Regime de execução**

5.1.1.1. A execução dos serviços será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, com pagamento vinculado às medições dos serviços efetivamente executados, assegurando controle técnico e financeiro da execução contratual.

**5.1.2. Início da execução**

5.1.2.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, período destinado à mobilização de equipe, materiais e equipamentos necessários à execução.

**5.1.3. Local de execução**

5.1.3.1. Os serviços serão executados na Passarela Joaquim Macedo, localizada no município de Rio Branco/AC, conforme projetos, especificações técnicas e diretrizes constantes dos autos do processo.

**5.1.4. Materiais**

5.1.4.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução integral do objeto.

5.1.4.2. Os materiais deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nos projetos, memoriais descritivos e normas técnicas aplicáveis.

5.1.4.3. A substituição de materiais somente será admitida mediante aprovação da fiscalização, devendo ser comprovada:

- I - equivalência técnica;
- II - compatibilidade funcional e estrutural;
- III - atendimento aos padrões de qualidade;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

IV - compatibilidade de custo.

**5.1.5. Mão de obra e administração da obra**

5.1.5.1. A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e em quantidade suficiente à adequada execução dos serviços.

5.1.5.2. Todas as despesas relacionadas ao pessoal, incluindo encargos sociais, transporte, alimentação, segurança e demais custos operacionais, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

**5.1.6. Responsabilidade técnica**

5.1.6.1. A contratada deverá apresentar, previamente ao início dos serviços, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

5.1.6.2. Os documentos deverão permanecer disponíveis no local da obra para acompanhamento da fiscalização.

**5.1.7. Projetos**

5.1.7.1. O Projeto Básico será fornecido pela contratante e deverá ser rigorosamente observado pela contratada.

5.1.7.2. O Projeto Executivo será de responsabilidade da contratada, devendo conter todos os elementos necessários à completa execução do objeto.

5.1.7.3. Em caso de divergência, prevalecerão

- I - normas técnicas vigentes (ABNT, CREA e demais aplicáveis);
- II - especificações técnicas sobre projetos;
- III - projetos sobre demais documentos.

**5.1.8. Resolução de divergências**

5.1.8.1. Para solução de inconsistências técnicas, será adotada a seguinte hierarquia:

- I - normas técnicas oficiais prevalecem sobre demais documentos;
- II - cotas indicadas prevalecem sobre medidas em escala;
- III - desenhos em maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- IV - documentos mais recentes prevalecem sobre os anteriores.

**5.1.9. Canteiro de obras**

5.1.9.1. A contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização o projeto do canteiro de obras, em conformidade com a NR-18 e normas aplicáveis.

5.1.9.2. O canteiro deverá ser mantido em condições adequadas de organização, limpeza e segurança durante toda a execução.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

##### 5.1.10. **Placa da obra**

5.1.10.1. A contratada deverá instalar placa de obra conforme padrão do DERACRE, em local visível, durante todo o período de execução.

##### 5.1.11. **Ligações provisórias**

5.1.11.1. A contratada será responsável pela implantação e custeio das ligações provisórias de água, energia elétrica e demais utilidades necessárias.

5.1.11.2. Ao final da obra, as instalações provisórias deverão ser removidas, com a devida recomposição do local.

##### 5.1.12. **Recebimento do Objeto**

5.1.12.1. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal de conclusão, mediante termo circunstanciado.

5.1.12.2. E devinitivamente de até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante verificação da regularização de eventuais pendências e emissão de termo definitivo.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

### 6.1. **Critérios de Medição**

6.1.1. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, ou conforme definido pela fiscalização do contrato, com base nas quantidades efetivamente executadas, devidamente aferidas em campo e registradas em Boletins de Medição.

6.1.2. As medições observarão rigorosamente os critérios, unidades de medida e preços unitários estabelecidos na planilha orçamentária contratual, constituindo condição indispensável para o pagamento a aprovação expressa da medição pela fiscalização.

6.1.1. Não serão objeto de medição ou pagamento os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, ordens de serviço ou sem a prévia autorização da Administração.

### 6.1.2. **Documentação Obrigatória para as Medições**

6.1.2.1. Constituem documentos obrigatórios para instrução das medições, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros previstos no instrumento contratual:

#### I - **Regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA:**

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal, quando exigível;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

#### II - **Documentação técnica da medição:**



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados;
- b) Boletim de Medição, contendo:
- c) planilha de serviços realizados;
- d) memória de cálculo;
- e) cronograma físico-financeiro atualizado;
- f) relatório fotográfico;
- g) justificativa de atraso, quando houver;
- h) Relatório gerencial ou documento técnico, quando solicitado pela fiscalização.

#### III - **Obrigações trabalhistas e previdenciárias:**

- a) Cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços;
- b) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;
- c) Guia da Previdência Social – GPS;
- d) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF;
- e) Comprovantes das retenções legais incidentes.

#### 6.1.3. **Documentação Adicional – Primeira Medição**

- I - A primeira medição deverá ser acompanhada, quando exigível pela natureza do serviço, dos seguintes documentos:
- II - Cadastro Nacional de Obras – CNO;
- III - Programas e laudos de segurança e saúde do trabalho, quando cabíveis (PPRA/PGR, PCMSO, LTCAT);
- IV - Licenças ambientais pertinentes à execução dos serviços.

#### 6.1.4. **Documentação Condicionante à Última Medição**

6.1.4.1. O pagamento da última medição ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, quando compatíveis com o objeto contratado:

- I - Termo de Recebimento Provisório;
- II - Termo de Recebimento Definitivo;
- III - Termo de garantia dos serviços executados;
- IV - Comprovação de regularidade da matrícula da obra no CNO, quando houver.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

6.1.5. Os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e trabalhistas também deverão ser exigidos das subcontratadas, na hipótese de subcontratação autorizada.

#### 6.2. **Da Liquidação da Despesa**

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2.2. O prazo de liquidação será reduzido à metade nos casos de contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura contém, no mínimo:

data de emissão e prazo de validade;

identificação do contrato e do órgão contratante;

período de execução a que se refere;

valor a pagar;

destaque das retenções tributárias cabíveis.

6.2.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO promova a regularização, reiniciando-se o prazo após a devida comprovação, sem ônus para a Administração.

#### 6.2.6. **Regularidade Fiscal**

6.2.6.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada preferencialmente por meio de consulta ao SICAF, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6.2. Constatada irregularidade, o CONTRATADO será notificado para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração, assegurado o direito à ampla defesa.

6.2.6.3. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual rescisão contratual, sem prejuízo da continuidade do pagamento pelos serviços efetivamente executados até decisão final, quando aplicável.

#### 6.3. **Do Pagamento**

6.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo CONTRATADO.

6.3.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

#### 6.3.3. Retenções Tributárias

6.3.3.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente dos percentuais indicados na planilha orçamentária.

6.3.3.2. O CONTRATADO optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição.

#### 6.3.4. Prazo de Pagamento

6.3.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

#### 6.3.5. Atualização por Atraso no Pagamento

6.3.5.1. Em caso de atraso injustificado no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada conforme a fórmula:

$$EM = N \times VP \times (I / 365)$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias de atraso; VP = valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (IBGE) / 100

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

7.1. A periodicidade para o reajustamento de preços no contrato administrativo por índice setorial (DNIT/FGV) será anual, tendo como marco inicial a data base do orçamento referencial do edital, e será calculado através da fórmula  $R = V \times (I - I_o) / I_o$ , onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

$I_o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste.

7.2. Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

7.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- 7.4. O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.5. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público.
- 7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – DO CRÉDITO, CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA**

- 8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DERACRE, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/unidade: [...];
  - II - Fonte de recursos: [...];
  - III - Programa de trabalho: [...];
  - IV - Elemento de despesa: [...]; e
  - V - Categoria Econômica: [...];
- 8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DA MATRIZ DE RISCO**

- 9.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na matriz de risco anexo deste Contrato, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- 9.2. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- 9.3. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- 9.4. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- 9.5. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- 9.6. Outras informações relevantes.
- 9.7. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

9.8. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

9.9. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na matriz de risco anexo deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

9.10. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

9.11. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

9.12. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

9.13. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

9.14. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

9.15. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na matriz de risco, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

10.1. O contratado poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência de evento superveniente previsto na matriz de riscos ou reconhecido pela legislação como apto a gerar desequilíbrio.

10.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído, para analisar e responder à solicitação do contratado.

10.3. Caso a Administração identifique a necessidade de complementação da documentação ou de esclarecimentos adicionais por parte do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a partir da data de recebimento da documentação complementar ou dos esclarecimentos solicitados.

10.4. A resposta ao pedido poderá resultar em:

- a) Deferimento do pedido e formalização de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

b) Indeferimento do pedido, com justificativa formal.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

11.1. A presente contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade **seguro-garantia**, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total/anual do contrato.

11.2. **OU**

11.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por: **caução em dinheiro, fiança bancária ou título de capitalização**, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO**

12.1. O prazo de garantia mínima do objeto será de **5 (cinco) anos**, conforme disposto no § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e nas normas técnicas aplicáveis. Durante esse período, o contratado será responsável pela solidez e pela segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção.

12.2. Identificados vícios, defeitos ou incorreções no objeto, o contratado obriga-se a realizar, às suas expensas, as reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

13.1. Permitir acesso da contratada ao canteiro de obras para prestar o serviço objeto do contrato;

13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

13.3. Designar através de Portaria o(s) servidor(es) para atuar como gestor(es) do contrato; e servidor(es) para atuar na fiscalização da execução dos serviços contratados;

13.4. Solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da contratada;

13.5. Convocar, a qualquer momento, a contratada, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas;

13.6. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;

13.7. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e fiscalizar o serviço, por intermédio do setor responsável;

13.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste contrato;

13.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADO**



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- 14.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, as obras e os serviços sejam entregues inteiramente concluídos e acabados, em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- 14.2. Observar, na execução das obras e dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Pesquisa Rodoviária (IPR) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), assim como as demais normas pertinentes;
- 14.3. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e executem os testes necessários e definidos na legislação pertinente. A fiscalização da Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da Contratada;
- 14.4. Assumir toda responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- 14.5. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO;
- 14.6. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do comunicado, materiais, equipamentos, veículos e ferramentas alocados para execução dos serviços, que não estiverem revestidos de qualidade e/ou condições de uso;
- 14.7. Resolução nº. 425/98 do CONFEA.
- 14.8. Providenciar, as suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento das obras e serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, a ART, o “Alvará de Construção” e a “Carta de Habite-se”, quando for o caso, bem como o fornecimento de placas exigidas pelos órgãos competentes, pela CONTRATANTE;
- 14.9. Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção do canteiro de obras;
- 14.10. Instalar escritórios adequados para a fiscalização das obras, cuja planta será previamente aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE;
- 14.11. Fornecer e utilizar na execução das obras e dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequada e materiais novos e de primeira qualidade;
- 14.12. Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pela fiscalização;
- 14.13. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- 14.14. Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- 14.15. Dar integral cumprimento ao, bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;
- 14.16. Manter no canteiro de obras, planilha orçamentária, memorial descritivo, especificações técnicas e cópia das medições;
- 14.17. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 14.18. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- 14.19. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
- 14.20. Responsabilizar-se:
- a) Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
  - b) Por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
  - c) Pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
  - d) Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
  - e) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
  - f) Pela matrícula individual da obra no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), devendo apresentar à CONTRATANTE o documento comprobatório respectivo até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato;
  - g) Pela entrega da obra com “Termo de “as built” quando necessário e com as instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, telefone e contra incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, e, quando for o caso, ligadas às redes públicas, com aprovação das concessionárias locais, se necessário;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- h) Pela correção dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização sempre que solicitado;
- 14.21. Manter no canteiro de obras pela CONTRATADA com cópias dos projetos arquitetônicos e complementares de engenharia;
- 14.22. Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução da obra;
- 14.23. Refazer os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Pesquisa Rodoviária (IPR) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), assim como as demais normas pertinentes;
- 14.24. Substituir o material incorporado às obras, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários;
- 14.25. Fornecer e manter na obra o Livro Diário onde serão feitas, pelo engenheiro, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, devendo, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE, ao final de cada dia, para conhecimento e visto. Assim como o registro das ocorrências julgadas relevantes pela CONTRATANTE;
- 14.26. O Livro Diário de Obra deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa;
- 14.27. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.28. Permitir e facilitar, em seu canteiro de obras, o trabalho de terceiros, autorizados pela CONTRATANTE;
- 14.29. Manter na direção da(s) obra(s), profissional (is) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);
- 14.30. Manter seguro para garantia de pessoas e bens, cuja apólice (cópia autenticada) deverá ser apresentada à contratante (quando aplicável);
- 14.31. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou a terceiros;
- 14.32. Apresentar na assinatura do Contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais na forma da Lei nº 8.212/91 (CND e FGTS) e cópia da proposta;
- 14.33. A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para subsequente na execução do Contrato;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- 14.34. Pagar, até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela Contratante decorrente da falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 14.35. Repassar a cada empregado, quantitativo de vale-refeição ou vales alimentação suficiente para cada mês, bem assim vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega, no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos.
- 14.36. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 14.37. Dar imediato conhecimento a Contratante de autuações ou notificações porventura lavradas pela fiscalização em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços ou obras sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;
- 14.38. Comunicar a CONTRATANTE a substituição ou inclusão de profissional da equipe de responsáveis técnicos pelo contrato, submetendo previamente os documentos do novo profissional para aprovação da CONTRATANTE;
- 14.39. Requerer às concessionárias de serviços públicos, por sua conta, ligações provisórias, necessárias, tais como água, esgoto, telefone, pluvial, entre outras, bem como diligenciar sua obtenção arcando com as taxas e emolumentos de tais serviços;
- 14.40. A fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada; e Prestar à CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para boa a execução do contrato.
- 14.41. A contratada devesse consultar os Órgãos Municipais Ambientais para a descarga dos resíduos da construção civil em aterros de resíduos domiciliares, em encostas, corpos d'água ou em suas margens, terrenos baldios, áreas protegidas por Lei, áreas recobertas com vegetação ou em regeneração, áreas alagadiças ou com lençol freático aflorante, margens das rodovias, estradas vicinais e as demais áreas não licenciadas. Todo e qualquer resíduo decorrente das atividades do objeto deste contrato deverá atender a Resolução do CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais;
- 14.42. Os insumos (areia, brita e madeira), deverão ser retirados/adquiridos nas áreas licenciadas ou cadastradas pelo órgão ambiental responsável; e, ainda, que essas licenças/cadastrros são de responsabilidade da empresa fornecedora, em atendimento a Resolução CONAMA nº 237/1997, bem como também estabelecido no art. 4º, inc. IX da Instrução Normativa/MPOG nº 001 de 19 de janeiro de 2010;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- 14.43. Responsabilizar-se civil, administrativamente e criminalmente, por quaisquer danos causados ao meio ambiente;
- 14.44. Responsabilizar-se pela exatidão, solidez e segurança da obra ou serviço, inclusive dos trabalhos eventualmente subcontratados obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pela CONTRATANTE, todos os erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas comprovados, resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após o seu término, em conformidade com as garantias previstas neste contrato e nos moldes estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro;
- 14.45. No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido a CONTRATADA.
- 14.46. É obrigação contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. **Multa:**

15.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

15.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

15.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

15.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

15.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

15.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

15.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

15.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

15.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente,



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**16.1. Execução do contrato**

16.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

**16.2. Da Preposto**

16.2.1. A contratada deverá designar formalmente preposto, que atuará como seu representante junto à Administração, sendo o responsável pela interlocução direta durante a execução do contrato.

**16.3. Da Gestão do Contrato**

16.3.1. A gestão do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, competindo-lhe o acompanhamento administrativo e a coordenação geral da execução contratual, sem prejuízo das atribuições previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.

**16.3.1.1. Compete ao gestor do contrato:**

- I - conhecer integralmente o edital, seus anexos, o instrumento contratual e eventuais aditivos;
- II - gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública (PADP) referente à contratação;
- III - assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;
- IV - solicitar, periodicamente, relatórios ao fiscal do contrato, analisando as ocorrências e adotando as providências necessárias;
- V - atuar tempestivamente na solução de problemas relacionados à execução contratual;
- VI - analisar apontamentos e glosas realizados pela fiscalização, verificando a necessidade de ajustes financeiros e comunicando ao setor competente;
- VII - encaminhar formalmente demandas à contratada, por meio de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes;
- VIII - repassar ao fiscal do contrato todas as informações e documentos necessários à adequada fiscalização;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- IX - acompanhar a vigência do contrato, promovendo as medidas necessárias à sua prorrogação ou encerramento;
- X - propor medidas que visem à melhoria da execução contratual;
- XI - informar periodicamente ao Ordenador de Despesas sobre a execução do contrato, incluindo ocorrências relevantes, pedidos de reajuste, prorrogações e demais eventos;
- XII - submeter à autoridade competente, juntamente com o fiscal, propostas de alterações contratuais, incluindo modificações de projetos, prazos e cronogramas;
- XIII - assegurar a regular alimentação dos sistemas de gestão e transparência, responsabilizando-se pelas informações prestadas;
- XIV - negociar condições contratuais, quando cabível e vantajoso para a Administração, nos termos da legislação vigente;
- XV - formalizar a designação do preposto da contratada;
- XVI - notificar a contratada, por determinação da autoridade competente, quanto a irregularidades verificadas;
- XVII - controlar a regularidade das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada;
- XVIII - buscar esclarecimentos e suporte técnico, sempre que necessário, para adequada tomada de decisão;
- XIX - encaminhar à autoridade competente as questões que extrapolem sua competência;
- XX - adotar as medidas necessárias à adequada execução contratual, visando ao atendimento do interesse público.

#### 16.4. Da Fiscalização do Contrato

16.4.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento técnico da execução do objeto, sem prejuízo das atribuições previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.

##### 16.4.1.1. Compete ao fiscal do contrato:

- I - conhecer integralmente o edital, seus anexos, o instrumento contratual e eventuais aditivos ou apostilamentos;
- II - acompanhar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- III - avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- IV - atestar, em documento hábil, a execução dos serviços ou fornecimento de bens, após conferência prévia;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

- V - controlar a execução contratual quanto à efetividade, eficiência e aderência ao pactuado;
- VI - registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em instrumento próprio;
- VII - exigir a correção de vícios, defeitos, imperfeições ou inconsistências na execução;
- VIII - observar os prazos contratuais e estabelecer, em conjunto com o gestor, prazos para correção de falhas, quando necessário;
- IX - elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da execução, com registros técnicos e, quando cabível, documentação fotográfica;
- X - realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços executados, previamente ao atesto das notas fiscais;
- XI - controlar e aprovar apenas os serviços efetivamente executados para fins de pagamento;
- XII - indicar, mediante justificativa técnica, a necessidade de glosas ou descontos decorrentes de falhas na execução;
- XIII - acompanhar a entrega de materiais e verificar sua conformidade com as especificações contratuais;
- XIV - atuar na solução de problemas relacionados à execução, dentro de sua competência;
- XV - comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades identificadas;
- XVI - cientificar o gestor e a autoridade competente quanto ao risco de atraso ou não conclusão do objeto;
- XVII - encaminhar ao gestor demandas que ultrapassem sua competência;
- XVIII - solicitar esclarecimentos ou suporte técnico sempre que necessário;
- XIX - reportar-se exclusivamente ao preposto da contratada, vedada a emissão de ordens diretas a seus empregados;
- XX - emitir atestados ou certidões de execução, total ou parcial;
- XXI - sugerir a aplicação de penalidades em caso de inadimplemento contratual;
- XXII - representar à autoridade competente a ocorrência de irregularidades ou atos ilícitos identificados no exercício de suas funções.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

contrato.

17.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

17.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

17.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.8.3. Das indenizações e multas.

17.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

17.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

17.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

17.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal, nos seguintes casos, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021:



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

### **I - Unilateralmente pela Administração:**

- a) Para modificação do projeto ou das especificações, visando à melhor adequação técnica aos objetivos do contrato;
- b) Para alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, respeitados os limites legais.

### **II - Por acordo entre as partes:**

- a) Para substituição da garantia de execução, se conveniente;
- b) Para modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, diante de verificação técnica de sua necessidade;
- c) Para alteração da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação sem a correspondente execução do objeto;
- d) Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, desde que respeitada a matriz de riscos contratual.

18.2. As alterações de acréscimos ou supressões de obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, serão obrigatoriamente aceitas pelo contratado nas mesmas condições contratuais. No caso de reforma de edifícios ou equipamentos, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. O contratado será ressarcido pelos custos comprovados e monetariamente ajustados de materiais adquiridos e colocados no local da obra que sejam impactados por alterações contratuais.

18.4. As alterações unilaterais não poderão modificar o objeto contratado nem transfigurar as obrigações originalmente pactuadas.

18.5. Nos casos de contratações integradas ou semi-integradas, as alterações contratuais obedecerão aos limites e condições específicas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.6. A Administração poderá realizar alterações nos preços contratuais em decorrência de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais, ou em virtude de disposições legais supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.7. A formalização das alterações ocorrerá por meio de termo aditivo, salvo nas situações em que for admitida a simples apostila, como reajustes previstos no contrato, compensações financeiras, ou alterações na razão social do contratado.

18.8. Qualquer alteração que implique aumento ou diminuição de encargos ao contratado será acompanhada do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no mesmo termo aditivo.

18.9. A execução de prestações determinadas pela Administração, decorrentes de alterações contratuais, somente ocorrerá após a formalização do respectivo termo aditivo, exceto em casos de justificada necessidade de



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

antecipação, com formalização posterior no prazo de até 30 (trinta) dias.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

19.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

19.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO LIVRE ACESSO**

20.1. A Administração, por intermédio de seus servidores ou prepostos devidamente designados, terá livre acesso, a qualquer tempo, aos locais, documentos, informações e materiais relacionados à execução do objeto deste contrato, para fins de fiscalização, monitoramento e controle.

20.2. O contratado deverá disponibilizar toda a documentação, dados, registros e informações necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

20.3. O contratado deverá franquear o acesso às instalações, equipamentos e locais de execução dos serviços, fornecendo as condições adequadas para que a Administração possa realizar vistorias, inspeções ou auditorias.

20.4. O contratado deverá garantir plena transparência em relação à execução do objeto, facilitando o trabalho de fiscalização e monitoramento por parte da Administração.

20.5. O sigilo sobre informações confidenciais será respeitado, desde que não impeça ou dificulte a fiscalização pela Administração.

20.6. A negativa injustificada de acesso às informações, locais ou materiais necessários à fiscalização será considerada descumprimento contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO**





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026

#### 21.1. Compromisso com a Integridade

21.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

#### 21.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade

21.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

#### 21.3. Canal de Denúncias e Cooperação

A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Viária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada. Os canais são:

I - E-mail: deracregabinete@gmail.com / gabinete.deracre@ac.gov.br

II - Telefone: (68) 3221-4080

III - Endereço: Via Chico Mendes, 805, Vila DNER, Rio Branco/AC

#### 21.4. Responsabilidade e Sanções

21.4.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, incluindo, sem prejuízo, a rescisão contratual, aplicação de multas, responsabilização nos termos da legislação vigente e eventual declaração de inidoneidade ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

#### 22.1. Prazo de Vigência

22.1.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, sendo automaticamente prorrogado até a conclusão integral do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 22.2. Prazo de Execução

22.2.1. O prazo para execução do objeto será de **10 (dez) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Administração.

22.2.2. O prazo de execução compreende todas as etapas necessárias à entrega do objeto contratado, incluindo elaboração e aprovação dos projetos, mobilização, execução da obra, testes, ajustes, entrega final e





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**

demais atividades necessárias à plena conclusão do objeto.

**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO**

23.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a eficácia deste contrato está condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, no caso de licitação. Para aditivos contratuais, aplica-se o mesmo prazo.

23.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não exime a Administração da obrigação de realizar as publicações previstas em legislação específica, inclusive nos diários oficiais da União ou dos Estados, conforme a competência, em observância ao princípio da publicidade e à garantia da transparência dos atos administrativos.

**24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

_____
Representante legal do CONTRATANTE
_____
Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **GESSE ABREU MOURA**, em 23/04/2026, às 16:52, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000030/2026**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPEA23BD E268488D FA216916 ED9F5854** e código CRC **8595F5**